

TIAGO SERRÃO

Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Advogado

O DIREITO DE REGRESSO NA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

Título

O DIREITO DE REGRESSO NA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

1.ª Edição, Janeiro 2015

Autor

TIAGO SERRÃO

Editora



Coimbra Editora®
(registo INPI n.º 300 737)

Arco de Almedina, 8 - 2.º andar
3000-422 Coimbra
Tel. (+351) 239 852 650
Fax (+351) 239 852 651

www.coimbraeditora.pt
editorial@coimbraeditora.pt

Execução gráfica

Coimbra Editora, S.A.
R. Ferreira Borges, 77-79
3000-180 Coimbra

ISBN 978-972-32-2244-9

Depósito Legal n.º 387 060/15

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

SERRÃO, Tiago

O direito de regresso na
responsabilidade administrativa
ISBN 978-972-32-2244-9

CDU 342

	Págs.
PREFÁCIO.....	7
NOTA PRÉVIA.....	9
ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO.....	13

PARTE I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO DO DIREITO DE REGRESSO

CAPÍTULO I

ANTECEDENTES DO ACTUAL QUADRO, CONSTITUCIONAL E LEGAL, DE REPARTIÇÃO DE RESPONSABILIDADES E PRIMÓRDIOS DO DIREITO DE REGRESSO

§ 1.º O Panorama Jurídico-Constitucional Anterior à Constituição de 1976	19
§ 2.º O Quadro Infraconstitucional Anterior à Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro	25

CAPÍTULO II

O ACTUAL QUADRO, CONSTITUCIONAL E LEGAL, DE REPARTIÇÃO DE RESPONSABILIDADES E CONFORMAÇÃO DO DIREITO DE REGRESSO

§ 1.º A Repartição de Responsabilidades e o Direito de Regresso à Luz da Constituição de 1976	63
A) O artigo 22.º da Constituição: responsabilidade dos entes públicos ..	63
B) O artigo 271.º da Constituição: responsabilidade dos servidores públicos	73

	Págs.
C) O Decreto-Lei n.º 48 051, de 21 de Novembro de 1967, à luz da Constituição de 1976	82
§ 2.º A Repartição de Responsabilidades e o Direito de Regresso na Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro	92
A) Antecedentes imediatos.....	92
B) Considerações preliminares (de cariz geral).....	100
C) A repartição de responsabilidades na Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro: a responsabilidade administrativa por facto ilícito	102
C.1) Enquadramento	102
C.2) Da culpa e da sua graduação enquanto critério delimitador da responsabilidade por facto ilícito (e elemento decisivo em matéria de direito de regresso).....	104
C.3) A responsabilidade exclusiva (por facto ilícito culposo) da Administração	112
C.4) A responsabilidade solidária (por facto ilícito culposo) da Administração e do Servidor Público	123
C.5) A responsabilidade solidária (por facto ilícito culposo) da Administração e de Terceiros Co-responsáveis.....	125
C.6) A responsabilidade exclusiva (por facto ilícito culposo) do servidor público	129
C.7) Comparação entre o quadro de repartição actual e o precedente.....	130
D) A repartição de responsabilidades na Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro de 2007: a responsabilidade administrativa pelo risco.....	131
E) O direito de regresso: primeira aproximação no quadro do RRCEE.....	137

CAPÍTULO III

O DIREITO DE REGRESSO NO DIREITO COMPARADO

§ 1.º A Experiência Francesa	151
§ 2.º A Experiência Espanhola	163
§ 3.º A Experiência Alemã.....	174

PARTE II
O REGIME JURÍDICO-SUBSTANTIVO
DO DIREITO DE REGRESSO

CAPÍTULO I
ÂMBITO, CONTEÚDO E FUNÇÃO
DO DIREITO DE REGRESSO

	Págs.
§ 1.º Âmbito Objectivo do Direito de Regresso	189
A) Âmbito Objectivo Positivo	189
B) Âmbito Objectivo Negativo.....	201
§ 2.º Âmbito Subjectivo do Direito de Regresso	213
A) Âmbito Subjectivo Positivo.....	213
B) Âmbito Subjectivo Negativo	219
B.1) Em Geral	219
B.2) Em Especial: O Caso do Direito de Regresso sobre Mem- bros de Órgãos Colegiais.....	221
B.3) Em Especial: O Caso do Direito de Regresso sobre Magistrados e sobre Titulares de Cargos Políticos pela Prática de Actuações Administrativas no Exercício de Outras Funções.....	230
§ 3.º Conteúdo do Direito de Regresso.....	249
A) Preliminares	249
B) Conteúdo Típico ou Jusprivatístico	250
C) Conteúdo Atípico ou Juspublicista e Pontos de Aproximação ao Conteúdo Típico ou Jusprivatístico	252
D) Direito de Regresso e Responsabilidade Financeira.....	258
§ 4.º Função do Direito de Regresso	284

CAPÍTULO II
NATUREZA DO DIREITO DE REGRESSO

§ 1.º O Direito de Regresso da Administração sobre Servidores Públicos e Terceiros	288
A) Enquadramento: As Diversas Teorias Potencialmente em Con- fronto e Posição Adoptada.....	288
B) Natureza vinculada ou discricionária do direito de regresso da Administração sobre os servidores públicos e sobre terceiros	305

	Págs.
§ 2.º O Direito de Regresso dos Servidores Públicos e de Terceiros sobre a Administração.....	333
§ 3.º O Caso Particular das Entidades Privadas Investidas em Funções (Materialmente) Administrativas.....	334

CAPÍTULO III

EFFECTIVIDADE DO DIREITO DE REGRESSO

§ 1.º Preliminares.....	337
§ 2.º Meios de Efectivação do Direito de Regresso.....	344
§ 3.º O Recurso à Acção Popular.....	356
CONCLUSÕES.....	371
BIBLIOGRAFIA.....	381